

## A LUTA PELA TERRA, PELA ÁGUA E PELO AR

Nos meses de inverno, quando o amanhecer se intrinca sobre a vida no planeta terra, como um pesar profundo se intrinca das pessoas, obrigando-as a refletir o que será o seu dia, vem à mente que o mundo do trabalhador rural não se resume e nem pode se resumir, apenas, à luta pela terra, o atear do fogo para limpar esta terra e a produção de três cultivares para o sustento da sua família.

Aonde estão as lutas pelas florestas e pelos recursos hídricos do estado do Maranhão e da região do Baixo Parnaíba? Aonde estão as lutas dos sindicatos e da federação dos trabalhadores pelas florestas e pelos recursos hídricos? A fim de responder tais perguntas, temos que rever boa parte do percurso da classe trabalhadora sobre o solo maranhense nas últimas décadas, pois andar sobre este solo significou muitas vezes andar sobre a sua fonte de recursos sendo expropriada por forças econômicas multiformes e inclementes que lhe infligiam novas estruturas sociais e ambientais.

Por décadas, presumia-se, por parte dos movimentos sociais, que bastava ocupar a terra e por parte dos governos se presumia que bastava titular essa mesma terra e dispensar alguns recursos para a sua manutenção. Contudo, o que se viu e o que se vê, referindo-se a pequenos proprietários rurais, posseiros e assentados, na Amazônia, no Cerrado, na Caatinga e na Mata dos Cocais, que são os biomas do Baixo Parnaíba maranhense, é que essas práticas levaram à degradação dos recursos naturais, a escassez de alimentos e o abandono das áreas.

Em vários documentos escritos sobre reforma agrária e a situação fundiária no Brasil se enaltece a luta pela terra como uma luta pelo direito a produção e a alimentação, ou seja, o direito a uma vida digna. Passou batido à maioria dos escreventes e dos leitores que, embora sejamos carne, nada seríamos sem água e sem ar. É como se passasse uma borracha em cima de todo o processo físico-natural e histórico que possibilitou a existência de árvores seculares no ambiente amazônico e nele se escrevesse pastagem, gado, cana, soja, eucalipto e carvoaria.

Talvez tenhamos que rebatizar a consciência dos trabalhadores rurais a respeito do seu papel político, a despeito de que a formação política para a classe trabalhadora dá aquela sensação de fim-de-festa quando todos vão embora, com as mesmas convicções de antes, de que a mudança social passa pelas mãos dos trabalhadores, mas com um apelo diferente das lutas sociais passadas, nas quais se lutava por uma melhoria econômica e social nas suas vidas, em que ele se veja e em que ele veja riqueza não só naquilo que produz,

fabrica, vende e consome para si e para os outros como também em matérias que ainda não estão prontas para serem transformadas em mercadorias, pegando aqui o exemplo do bacuri.

As comunidades agro-extrativistas do Baixo Parnaíba maranhense consolidaram empiricamente uma relação sócio-econômica com os ramos de Floresta Amazônica, de Cerrado, de Caatinga e de Mata dos Cocais que permitiu a essas comunidades se manterem enquanto extrativistas e agricultores no mesmo espaço físico e espaço de tempo. Em todo caso, as mentes de certos agrupamentos humanos do Baixo Parnaíba maranhense se projetam em áreas que são imprescindíveis para a roça e outras que são imprescindíveis para a coleta dos frutos da mata. Dependendo da região e do agrupamento humano, as áreas imprescindíveis para a roça viriam à frente das áreas para extrativismo. Uma diferença que facilitou bastante a tomada de terras devolutas pelo agronegócio no estado do Maranhão, pois a estrutura econômica que avaliza esse processo parte do princípio que para a agricultura familiar plantar mandioca bastam dez hectares.

Frente ao agronegócio, as áreas de extrativismo se armam da garra das várias comunidades que vivem da coleta do bacuri e do pequi como se viu na luta pela criação da reserva extrativista de Chapada Limpa e outras tantas lutas para que elas não sejam desmatadas e as matas não virem carvão vegetal. No caso da reserva extrativista de Chapada Limpa, no município de Chapadinha, criada em setembro de 2007, o STTR, junto com o IBAMA, as associações de Chapada Limpa e Juçaral e ONG's, reivindicou a sua criação como forma de preservar os bacurizeiros que ajudam na alimentação das comunidades e os mananciais que se derramam na bacia do rio Munim. As movimentações da sociedade civil no Baixo Parnaíba, englobando sindicatos, associações, ONG's e ministério público, em defesa das áreas de extrativismo, valorizam uma diversidade política que as organizações deveriam cuidar em sua rotina, pois a demanda por novas áreas para produção de soja e outras monoculturas desafia as muitas diversidades que convivem no Baixo Parnaíba.

Essa demanda, que é cada vez mais uma demanda por energia, vide o caso do projeto da Gerdau de 70 mil hectares, é um desafio para a agricultura familiar e para o extrativismo para as próximas décadas no Baixo Parnaíba, pois não é só a compra ou a grilagem de terras, como também é a introdução de espécies exóticas para a produção de agroenergia em áreas que são prioritárias para as comunidades tradicionais como também para as próprias cidades. Com relação as cidades, essas áreas mantêm a umidade em nível suportável e absorve as águas das chuvas que alimentam as bacias hidrográficas. É preciso que o movimento sindical apreenda o que esses projetos agroenergéticos acarretam para o meio sócio-ambiental quando da sua instalação.

## O BAIXO PARNAÍBA E O AGRONEGÓCIO

Frente o avanço do agronegócio da soja, do eucalipto e das carvoarias sobre as áreas de chapada no Baixo Parnaíba maranhense, a criação de reservas extrativistas como a da Chapada Limpa - município de Chapadinha - lograria a façanha de reter parte do Cerrado leste maranhense para usufruto da agricultura familiar do Baixo Parnaíba, região que se notabiliza como uma das mais povoadas do estado do Maranhão e que, historicamente, enfeixou e vem enfeixando uma verdadeira confraria de tipos e biótipos nos biomas Cerrado, Semi-Árido, Amazônia, Mata dos Cocais e Litoral.

Era bem típico do esponjoso Baixo Parnaíba maranhense que as suas famílias de agroextrativistas e quilombolas se recolhessem a dez, vinte ou trinta hectares bem grudados a cursos de água que escorriam o ano todo, porque em qualquer discrepância sobre a real posse da terra eles pediriam a intromissão de um político ou de um proprietário de terras - personalidades que se confundem - para continuarem sendo pequenos agricultores e nada mais e nada menos que isso e, em razão dessa intromissão, eles seriam gratos pelo restante de suas vidas; quem se atrevesse a nodoar o real valor desse bem-feitor na frente da comunidade ficaria sapecado de fogo amigo.

Pelo que se sabe, os agricultores do Baixo Parnaíba são gente egressa do Ceará e do Piauí que, desfolhados pela seca e alquebrados pelos conflitos agrários, ingressaram calados no Maranhão na frequência de roçarem aquela terra de poucos ventos, mas muita água e muita mata, de comerciarem umas sacas de arroz, feijão, milho e farinha de mandioca e umas latas de azeite de babaçu em suas quitandas e de apassivarem a sua excitabilidade causada pela saudade, por doenças, por brigas, pela pouca comida e pelo esforço físico inglório. Em suma, transferir-se para uma área muito distante de onde mora e por motivos alheios a sua vontade só para melhorar de vida e nesse efeito, em certas regiões do Brasil, a melhor forma disso acontecer era agregar agricultura e comércio. Quem podia enviava os filhos para São Luís ou para uma capital maior do tamanho de um Rio de Janeiro para serem educados como filhos da elite e formarem-se em direito ou medicina. Eles salvaguardariam a família no futuro. Nas viagens de férias ao reduto da família a melhor lição de todas as lições: a sua formação se deve ao que foi erigido ou economizado por décadas. Em outras palavras, influência política e apropriação de parte da renda das famílias de agregados que plantavam naquelas terras com consentimento do patriarca da família.

Acaso essa estrutura agrária e social

permanecesse no Baixo Parnaíba pelas mãos dos doutores da lei e da saúde, conceder-se-ia um atenuante para a dificuldade em modificar os baixos índices de desenvolvimento humano da região e para o flerte com setores da soja, do eucalipto e da cana-de-açúcar por parte do governo. O que se vê, entretanto, é que, mesmo não permanecendo com a mesma força de outrora, essa estrutura esquentou a entrada do agronegócio no Baixo Parnaíba com documentos falsos e coisa que o valha para enfim se retirarem do setor primário e investirem a receita obtida da venda de terras no setor de serviços. Entrementes, afora a defensiva do discurso de que a produção de soja alimentará o mundo desenvolvido e subdesenvolvido, como se o problema da humanidade fosse um mero problema de mercado, a introdução de culturas exóticas nos Cerrados brasileiros escancarou a agricultura familiar para a providencial modernização predicada pelos organismos financeiros multilaterais e pelas agências de cooperação.

Numa sociedade com fortes vínculos escravagistas e autoritários, como a maranhense, intrometer-se em assuntos como reforma agrária e reforma do Estado é sofrer retaliações e, nesse caso, a intromissão do agronegócio no Baixo Parnaíba possibilitou uma relação trabalhista mais “moderna” desse setor com a classe trabalhadora e uma “desapropriação” de terras do Estado com vistas ao mercado agroexportador. Em geral, sociedades conservadoras e conformistas vêem a modernização sócio-econômica como o derradeiro sopro de vida que as impulsionará para longe da miséria. Um dos municípios com mais propriedade no trato com a soja no Baixo Parnaíba desde o final dos anos 90 tem sido Anapurus. Com tal propriedade que a soja e as carvoarias enfartaram o Cerrado do município que alguém pergunta: “Se não desmatamos, fazemos o quê?” Qual tropeço fez com que as elites revogassem as suas expectativas perante o Baixo Parnaíba, afinal foram tantos tropeços? Quantas injustiças se completaram no repasse de áreas para o agronegócio da soja, como no caso da Guadalupe em Anapurus? No município de Chapadinha, o agronegócio da soja acalenta a posse da chapada dos Remédios com o aval dos proprietários tradicionais que esculacham comunidades de posseiros que pagaram renda por anos. Como em outros casos, a existência de posseiros e agroextrativistas em áreas da Chapada dos Remédios contraria os interesses da família do antigo proprietário Manoel Lyra que pretende despachar a comunidade da Vila Chapéu e vender a área para um plantador de soja. Despachando a comunidade fica fácil para a transferência de terras acontecer e fica mais fácil dos plantios de soja e das carvoarias rifarem os Bacurizeiros e os Pequizeiros.